



EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2017. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PROTEÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017. CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JAGUARAIÁVA LTDA ME. CNPJ 23.984.598/0001-04. Estimativa de Fornecedor: R\$172,159,76(Cento e setenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), Vigência: 12 meses. Assinatura: 13 de junho de 2017

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROTOCOLO Nº6940/2017. OBJETO: Contratação da empresa para prestação de serviços de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros, para atender às necessidades do Hospital Municipal Carolina Lupion. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº218/2017. Contratado: PRO RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA, CNPJ nº 87.389,066/0001-74, Valor Global Contratual: R\$ 1,050,00(um mil e cinquenta reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 14/06/2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA.  
Vigência: 12 meses.  
Assinatura: 12/06/2017

- 1 - Consideram-se registrados os preços relacionados abaixo desta Ata para a(s) Empresa(s) Detentor(es) para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nos veículos da Frota Municipal.
- 1.1-AGSEN E AGSEN LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 08.687.625/0001-58.
- 1.2-FABIO L SZYCHTA EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 25.116.914/0001-02.
- 1.3- MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº 94.510.682/0001-26.
- 1.4- PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº 12.272.855/0001-06.
- 1.5- TEREZA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.179.914/0001-24.

2 - Descrição:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MARCA E MODELO	VALOR TOTAL	EMPRESA
1	UNID	30	Pneu 1000/20 liso radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.380,00	PIRELLI FG 01	R\$ 41.700,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
2	UNID	68	Pneu 1000/20 borachudo radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.440,00	FIRESTONE 151	R\$ 97.920,00	MODELO PNEUS LTDA
3	UNID	30	Pneu 600/20 liso radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.200,00	PIRELLI F501	R\$ 36.000,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
4	UNID	36	Pneu 600/20 borachudo radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.200,00	PIRELLI T501	R\$ 43.200,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
5	UNID	4	Pneu 750/16 liso radial 12 lonas.	R\$ 740,00	GODYEAR G32	R\$ 2.960,00	TEREZA PNEUS LTDA
7	UNID	8	Pneu 750/16 agrícola 10 lonas.	R\$ 510,00	PIRELLI PN14	R\$ 4.080,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
8	UNID	4	Pneu 1300/24 liso 25mm profundidade.	R\$ 2.730,00	TITAN ROAD GRADER	R\$ 10.920,00	TEREZA PNEUS LTDA
9	UNID	12	Pneu 1400/24 liso 25mm profundidade.	R\$ 2.180,00	PIRELLI PN14	R\$ 26.160,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
10	UNID	8	Pneu 15.5/24 12 lonas 25mm profundidade.	R\$ 2.470,00	FIRESTONE	R\$ 19.760,00	MODELO PNEUS LTDA
11	UNID	8	Pneu 12.5/20 12 lonas 25mm profundidade.	R\$ 1.270,00	FIRESTONE	R\$ 10.160,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
12	UNID	4	Pneu 17.5/25 16 lonas 25mm profundidade.	R\$ 3.100,00	TITAN EARTHMOVER TR	R\$ 12.400,00	TEREZA PNEUS LTDA
13	UNID	30	Pneu 215/75/17.5 liso radial 16 lonas.	R\$ 740,00	WESTLAKE	R\$ 22.200,00	TEREZA PNEUS LTDA

14	UNID	60	Pneu 215/75/17.5 borachudo radial 16 lonas.	R\$ 830,00	WESTLAKE	R\$ 49.800,00	TEREZA PNEUS LTDA
15	UNID	44	Pneu 175/70/13.	R\$ 165,00	DUNLOP	R\$ 7.260,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
16	UNID	40	Pneu 185/70/14.	R\$ 227,00	PIRELLI P1 CONTURATO	R\$ 9.080,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
17	UNID	100	Pneu 185R/14.	R\$ 260,00	TECHNIC	R\$ 26.000,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
18	UNID	4	Pneu 225/85/17.	R\$ 550,00	FALKEN ZE12	R\$ 2.200,00	TEREZA PNEUS LTDA
19	UNID	20	Pneu 195/60/15.	R\$ 265,00	PIRELLI P7	R\$ 5.300,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
20	UNID	24	Pneu 205/75/15.	R\$ 370,00	PIRELLI S.A.T.R	R\$ 8.880,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
21	UNID	24	Pneu 215/75/16C	R\$ 459,00	FALKEN	R\$ 11.016,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
22	UNID	16	Pneu 235/75/15.	R\$ 405,00	PIRELLI	R\$ 6.480,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
23	UNID	8	Pneu 265/75/15.	R\$ 527,00	FIRESTONE	R\$ 4.216,00	MODELO PNEUS LTDA
24	UNID	4	Pneu 10 - 16.5	R\$ 755,00	PIRELLI PN16	R\$ 3.020,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
25	UNID	24	PNEU 195/79R 16C	R\$ 365,00	FALKEN	R\$ 8.760,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
26	UNID	12	PNEU 205 /70R15	R\$ 347,00	FALKEN	R\$ 4.164,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
27	UNID	12	Pneu 225/65 R 16C	R\$ 669,00	GODYEAR G32	R\$ 8.028,00	TEREZA PNEUS LTDA
28	UNID	12	PNEU 205/60R16	R\$ 367,00	DUNLOP	R\$ 4.404,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
29	UNID	80	Câmara 900i 20 x 484.	R\$ 80,00	RS	R\$ 6.400,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
30	UNID	100	Câmara 1000i 20 x 484.	R\$ 80,00	RS	R\$ 8.000,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
31	UNID	10	Câmara 750i 18 TR 15	R\$ 38,00	RS	R\$ 380,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
32	UNID	30	Câmara 750i 18 x 480.	R\$ 32,00	RS	R\$ 960,00	PNEUTEX

33	UNID	36	Câmara 1300 - 1400i 24x484x16 21R4.	R\$ 143,00	RS	R\$ 5.148,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
34	UNID	10	Câmara 17.5 x 25 TR4 1175 C	R\$ 188,00	RS	R\$ 1.880,00	PNEUTEX
35	UNID	10	Câmara 17.5x25 x 220.	R\$ 187,00	RS	R\$ 1.870,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
36	UNID	10	Câmara 12.5x80i 18 x 220.	R\$ 75,00	RS	R\$ 750,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
37	UNID	10	Câmara 19.5x24 x 220.	R\$ 180,00	RS	R\$ 1.800,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
38	UNID	150	Protetor ano 20.	R\$ 16,00	RSB	R\$ 2.400,00	PNEUTEX
39	UNID	15	Protetor ano 25.	R\$ 108,00	RSB	R\$ 1.620,00	PNEUTEX
40	UNID	20	Pneu 275/70R 22.5	R\$ 1.435,00	PIRELLI P985	R\$ 28.700,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
41	UNID	8	Pneu 195/65 R16	R\$ 304,00	DUNLOP	R\$ 2.432,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
42	UNID	10	Pneu 265/82 R 22.5	R\$ 1.280,00	DAYTON	R\$ 12.800,00	MODELO PNEUS LTDA

EXTRATO. 1º TERMO ADITIVO. PROTOCOLO 15333/2016 e Protocolo 6534/2017. ALUGUEL SOCIAL. CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO Nº 579/2016. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual pelo período de mais 6 meses. Locadora: Imobiliária Teixeira & Oliveira Teixeira Ltda. ME. CNPJ nº 04.074.200/0001-40. Vigência: 22 de junho de 2017 até 22 de dezembro de 2017.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 9498/2016, Edital nº001/2014. Teste Seletivo. Prestação de Serviços como Agente Comunitário de Saúde, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº170/2017. EMPREGADO: DIEGO BARBOSA DE MIRANDA, CPF Nº XXX.XXX.549-30, RG Nºxxx.026-SSP/PR. Vencimentos: R\$1014,00(um mil cento e quatorze reais) mensais, Vigência: 6/03/2017 até 6/03/2018.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço em Controle de Pragas Urbanas (Pombos), a ser realizado na Biblioteca Municipal Mary Camargo, Estação Ferroviária e Escola Municipal Wakuriri Carneiro Xavier da Silva. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº217. CONTRATADO. R.F.M. SUZUKI – DESINSETIZADORA AMBIENS ME. C. N. P.J/MF nº 22.017.697/0001-46. Valor Global Contratual: R\$3.250,00(três mil duzentos e cinquenta reais), Vigência: 3 meses. Assinatura: 13/06/2017.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2017. Objeto: aquisição de 20 assinaturas do Jornal Folha Extra, a fim de atender às Secretarias e Departamentos municipais, bem como a manutenção do arquivo de notícias da Administração Municipal. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº219. CONTRATADO. EDITORA FOLHA EXTRA LTDA ME. C. N. P.J/MF nº 06.163.583/0001-58. Valor Global Contratual: R\$7.918,00(sete mil novecentos e dezotois reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 19/06/2017.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 52/2017. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nos veículos da frota municipal. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº211/2017. CONTRATADO: AGSEN E AGSEN LTDA – EPP. Estimativa de Fornecedor: R\$48.796,00(quarenta e oito mil setecentos e noventa e seis reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº212/2017. CONTRATADO: FABIO L SZYCHTA EIRELI ME. Estimativa de Fornecedor: R\$212.672,00(duzentos e doze mil seiscentos e setenta e dois reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº213/2017. CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA. CNPJ 94.510.682/0001-26. Estimativa de Fornecedor: R\$134.696,00(cento e trinta e quatro mil seiscentos e noventa e seis reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº214/2017. CONTRATADO: PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA. CNPJ 12.272.855/0001-06. Estimativa de Fornecedor: R\$57.908,00 (cinquenta e sete mil novecentos e oito reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº215/2017. CONTRATADO: TEREZA PNEUS LTDA. CNPJ 01.179.914/0001-24. Estimativa de Fornecedor: R\$108.148,00 (cento e oito mil cento e quarenta e oito reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017.

Extrato. Termo de Cooperação técnica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA/PR e o SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR, que tem por objeto a cooperação técnica entre os participantes, visando a implantação e acompanhamento de espaço denominado Sala do Empreendedor, bem como a disponibilização de soluções para o atendimento de Microempreendedores Individuais, na estrutura do Município, Vigência 12 meses, Assinatura: 21 de março de 2017.

#### JULGAMENTO: Processo nº 14479/2016

Assunto: Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 14479/2016, que informa sobre os fatos ocorridos na Escola Municipal Izabel Branco, conforme Atas nº031/2016 e nº032/2016.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Constatou-se do Protocolado 14479/2016, o relato da ocorrência realizada pelo Conselho Tutelar, que na data de dezesseis de novembro de 2016, esteve presente a mãe da aluna Vitória Beatriz Andrade que estuda na Escola Izabel Branco, relatando que sua filha foi submetida a constrangimentos dentro da sala de aula e o cabelo puxado pela professora de sua classe. Alega ainda, que não foi a primeira vez que a professora constrange e humilha sua filha em sala de aula, além de outros alunos. Que devido o ocorrido de que nesta data a filha Vitória havia sido humilhada pela professora e que esta havia puxado seu cabelo, saindo da sala foi até o banheiro para chorar, presenciado por sua prima e colega que chamaram pela diretora, a qual perguntou o que houve orientou a aluna para que fosse para casa e contasse a sua mãe o que havia acontecido. Assim, designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto nº 16/2017 que conduziu o relatório final apresentando o entendimento de que existiu o fato alegado pela aluna que nas condições que se apresentou, houve a ação da mãe que se dirigiu prontamente ao conselho tutelar para realizar a denúncia, não sendo civilmente simplesmente que a aluna tivesse intenção de fantasiar tal situação apresentada. E o relatório do necessário. II. FUNDAMENTAÇÃO. A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que amparo como fundamentos, juntamente com a investigação concluída pela Comissão processante. Após a juntada dos documentos, foi realizada audiência para oitiva dos envolvidos. Segue uma síntese dos depoimentos (...). Diante do exposto, e depoimentos prestados no caso em tela,

constatou-se pela Comissão Processante ter ocorrido o fato com a aluna Vitória, que devido às circunstâncias presentes no caso que aconteceu na sala de aula, demonstrou como confirmado as provas constantes nos autos, que a professora realizou cobranças bravias com a aluna por não estar realizando as tarefas de casa e trabalhos escolares direcionados, inexistindo convencimentos de que supostamente tenha havido com conivência agressões físicas pela professora. Pelas razões, supostamente a aluna se sentiu agredida pelo tom de voz alto dirigido pela professora que enternecida pela abrangência dos fatos, na sua saída da sala de aula foi até o banheiro para chorar devido as consequências acontecidas, sendo a aluna presenciada no banheiro por sua prima e colega que na ocasião chamaram pela diretora, a qual deu a atenção a aluna e encaminhou-a para sua casa. A Comissão observou, que a administração, ou seja a direção tomou o cuidado em assegurar toda proteção a criança na sala de aula e fora dela. Sabe-se que no convívio escolar o aluno deve ser protegido para não sofrer qualquer dano, seja na ordem moral ou material e que esta proteção tem que ser preocupação maior da própria instituição. Nesta linha, é poder-dever de o administrador público reprimir dos desvios de conduta dos servidores que não atingem o objetivo a finalidade satisfatória do cumprimento do dever de servidor, e que não incumbe o comprometimento obrigacional funcional, a aplicar-lhe as penalidades impostas das normas regimentais tipificadas no estatuto do funcionalismo público municipal. Assim, ao averiguar o suposto ato infracionário levado a sindicância pela ocorrência do presente fato registrado ao Protocolado 14479/2016, cujas Atas 31 e 32/2016 da Escola Izabel Branco, que registrou a questão de que a servidora investigada tenha cometido agressões gravíssimas a aluna Vitória, por circunstâncias dentro da sala de aula em que abalou a própria mãe da menor que buscou pelo Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia. A ocorrência proferida não excluiu a inexistência do fato, mas diante da precariedade da prova, tornou insuficientemente comprovada as evidências da suposta falta cometida pela servidora, conforme acostas aos autos. Muito embora tenha havido o reconhecimento do fato pela comissão processante devido à retratação e a ação da mãe em buscar a ajuda em defesa de sua filha, esta não fabularia simplesmente um fato por formar, fisco presente o sensível fato alegado que imputou a filha, na presença da denúncia que se fizeram diante do conselho tutelar e a delegacia de polícia. Assim, a Comissão presenciou a declaração da mãe que procurou pelo conselho tutelar para a resolução da questão, também expressou ter feito boletim de ocorrência junto a Delegacia de Polícia e que diante da Comissão Processante, prontificou-se a juntar aos autos cópia do documento da ocorrência na delegacia, o qual não se efetuou. Porém, é visivelmente validado que a situação do risco que supostamente poderia porventura afetar diretamente a proteção da menor, cessa a partir da medida tomada pela direção da escola em concordância com o próprio conselho tutelar e a professora, que no ato a medida urgente como cautela a transferência da aluna para outra classe, deixando de obter o contato direto com a professora investigada e assim o comprometimento da direção em acompanhar a conduta da professora. Com efeito, a comissão administrativa disciplinar, concluiu pela inexistência de provas suficientes que possam ser produzidas como circunstâncias apresentadas a tipificar como falta delituosa cometida pela servidora pública investigada, que possa corroborar com indícios a apurar a culpa ou não da servidora. Assim, recebo do conjunto probatório dirigido a cada item relatado da ocorrência, razões adotadas como o fundamento do julgamento. III. JULGAMENTO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 14479/2016, que informa sobre os fatos ocorridos na Escola Municipal Izabel Branco, conforme Atas nº031/2016 e nº032/2016. 1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no art.172 da Lei nº2155/10; 2. APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pelo arquivamento do feito por carência de provas. 3. JULGO procedente a presente sindicância, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias da precariedade e inexistência de provas convicadas que possam dirigir como condenação e autoria do fato, determinando assim, pelo arquivamento do feito. A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação no Semanário Oficial do Município. Cumpra-se. Jaguaraiava, 16 de maio de 2017. JOSÉ SLOBODA. PREFEITO

#### JULGAMENTO

Autos nº: 6133/2016

Assunto: averiguação a vistoria do patrimônio da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Foi instaurada a sindicância para apurar os fatos descritos no Protocolo Geral 6133/2016, informado a realização de vistorias de bens pertencentes a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, assim constatou-se a ausência de alguns materiais registrados. Trata-se de sindicância instaurada pelo Decreto 461/2016, que diante da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente, realizou-se a instrução, com a oitiva do depoimento do Secretário da pasta, Sr. Leonardo, quando assumiu a pasta relatou um levantamento no local com fim de averiguar todo o patrimônio da secretaria. Porém do levantamento, alguns objetos não foram encontrados conforme constado da relação presente na secretaria, sendo alguns objetos indefinidos a sua existência ou destino, dentre outros destinados ao uso por demais departamentos, além do registro do furto da máquina fotográfica. Assim, a Comissão Administrativa disciplinar averiguou do conjunto probatório os registros apresentados, não configurou a constatação de prejuízos de valores ao patrimônio público, até porque os bens de uso não encontrados no local, submetem-se a constante uso de outros locais públicos, além do mais ficou constatado serem bens que se deterioram com o constante uso. Com efeito, o procedimento investigativo ao seu aspecto reservado e meramente inquisitorial, são perfeitamente aptos para comprovar que a autoridade cumpriu com o dever legal de apurar a suposta irregularidade que tenha chegado ao seu conhecimento. 3. DISPOSITIVO. Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual, inexistindo circunstâncias irregulares e incompatíveis a atos comuns, julgo improcedente a presente sindicância, com efeitos ao seu arquivamento. A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município. Cumpra-se. Jaguaraiava, 3 de maio de 2017. JOSÉ SLOBODA. PREFEITO.

#### PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

SEGUNDA-CÂMARA  
Acórdãos

09/06/2017-PROCESSO Nº: 562950/16 ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA INTERESSADO: ADRIANA APARECIDA DA SILVA, ADRIANA JORGE TEODORO PEREIRA, ADRIANA KNUET, ADRIANE ALMEIDA GONÇALVES, ALDIVANE APARECIDA DA SILVA, ALICE TEIXEIRA DA SILVA, ALICE GRAZIELLA BRISOLLA, AMANDA GONÇALVES DE MELLO, ANA CAROLINE MULLER, ANA CLAUDIA KLOSOWSKI, ANA LUCIA DE MELLO, ANA PAULA DE OLIVEIRA, ANA PAULA PRADO DO NASCIMENTO, ANA PAULA SABCHUK, ANDIARA LODI, ANGELA CARLA NOLASCO, ANTONIO GABRIEL IZAC, BERNICE DE MORAES, BRUNA MOURA JORGE ULRICH, CAMILA BLUM CORREA, CAMILA PEREIRA DE MELLO, CARLA BANDEIRA LINDADE, CARLOS AUGUSTO ARRUDA, CASSIANO BORGES GONÇALVES, CLAUDIA DE ANDREADE LOPES ROSSI, CRISLAINE JUCK PAULINO, DANIELA DOS SANTOS PRESTES, DANIELE APARECIDA MARCONDES KRUEGER, DANIELE APARECIDA PEREIRA DA SILVA, DANIELE WROBEL SILVA, DANIELLE FERNANDA PIETRO, DANIELLE JACOBS MATOS, DANIELLE MARI SCHWANER BRASIL, DAYANE PEREIRA DE PATIV, DIONATA SOARES DE PAULA EDENILDA DE FATIMA OLIVEIRA MICHALOWSKI, EDILIANE ALVES BARRETO, EDINA DE FATIMA XAVIER DA SILVA, ELAINE DE MOURA JORGE, ELISA MONTANHA, ELISANDRA DE FATIMA SANTOS, ELISANGELA ARAUJO, ELISIANE DE ALMEIDA RIBEIRO, ELLEN DE FARIAS JORGE, ELIANE MARIA RIBEIRO DE MELLO, ESTER DA SILVA OLIVEIRA PEREIRA, EVANDRO DE PAULA MORO, FABIANA DOS SANTOS GOMES, FABIANA MENDES MARTINS, FABIANE APARECIDA VALENÇA, FABRINA VARELA FERNANDES, FERNANA LARA